



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Processo LUA n.º PL20240420003678

JOMIPE - SOCIEDADE AGRO-PECUÁRIA LDA. - Ampliação da
Exploração Avícola da Quinta de Santo António – Taipadas

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Departamento de Gestão do Licenciamento Ambiental

Divisão do Licenciamento Único de Ambiente

25 de novembro de 2024



Índice

1. Introdução.....	3
2. Período de Consulta Pública	3
3. Publicitação	3
4. Proveniência e Quantificação das Exposições Recebidas.....	3
5. Análise das Exposições Recebidas.....	4

1. Introdução

De forma a garantir a informação e a participação do público, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto Autoridade Nacional para o Licenciamento Único de Ambiente (ANLUA), procedeu à Consulta Pública dos elementos constantes no processo de Licenciamento Único Ambiental (LUA) da Ampliação da Exploração Avícola da Quinta de Santo António – Taipadas, sujeita aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, nos termos do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, e de alteração substancial da Licença Ambiental, nos termos da categoria 6.6a do anexo I do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto (REI), na sua atual redação.

2. Período de Consulta Pública

A Consulta Pública decorreu durante o período de 30 dias úteis, de 11 de outubro a 22 de novembro de 2024.

3. Publicitação

Os elementos constantes do pedido de licenciamento foram disponibilizados para consulta no portal Participa (<http://participa.pt/>).

A divulgação desta Consulta foi feita por meio de afixação de edital na Câmara Municipal de Montijo e na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

4. Proveniência e Quantificação das Exposições Recebidas

Durante o período de consulta pública foi recebida uma participação, a seguir discriminada.

#1

Data: 14/10/2024

Autor: Renato Augusto Reis

Tipologia: Concordância

Comentário: "Segurança alimentar, mais emprego e renda digna."



5. Análise das Exposições Recebidas

Tratando-se de uma participação de concordância, nada há a comentar por parte da administração.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.